

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.266 - RS (2019/0302284-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : CHRISTINE KNACK
ADVOGADO : CHRISTINE KNACK - RS0052644
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : JENIFFER VETTORATO DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* ajuizado em nome de **Jeniffer Vettorato de Oliveira**, presa em flagrante delito por suposta prática de tráfico ilícito de drogas (apreensão de 120 g de maconha e 14 g de *crack*).

Ataca-se a decisão do Desembargador Relator do HC n. 70082945015, em curso no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que indeferiu o pedido liminar ali formulado em favor da ora paciente e, em consequência, manteve a prisão preventiva decretada no Processo n. 159/2.19.0001226-0, da 2ª Vara Judicial da comarca de Teutônia/RS.

Alega-se, em suma, que a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva carece de fundamentação concreta, uma vez que *o Magistrado não cuidou de elencar quaisquer fatos ou atos concretos que representassem minimamente a garantia da ordem pública, não havendo qualquer indicação de que seja a Paciente uma ameaça ao meio social, ou, ainda, que o delito fosse efetivamente de grande gravidade* (fl. 27).

Aduz-se ser a acusada mãe de filhos menores de doze anos, esclarecendo-se que o pai está sem poder trabalhar desde o fato, pois está integralmente com as crianças.

Requer-se a superação do óbice da Súmula 691/STF e, em caráter liminar, busca-se a imediata concessão de ordem liberatória em favor da paciente.

É o relatório.

O caso revela excepcionalidade apta a justificar o seguimento desta impetração, superando-se o óbice previsto na Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

A motivação que ampara o decreto de prisão é essencialmente genérica, sem vinculação a fatores reais de cautelaridade. Confira-se (fl. 93 - grifo nosso):

[...]

Consta do auto de apreensão, que foram apreendidos em poder da flagrada 120g de maconha - distribuídas em 39 buchas -, 14g de *crack*, R\$ 50,00 e dois aparelhos celulares.

Os testes de constatação provisórios realizados deram conta da existência de cocaína e maconha nas substâncias encontradas.

Em que pese a ré seja primária, a forma como embalada a droga, bem como os depoimentos colhidos, denota-se a prática da mercancia ilícita de drogas, não sendo crível, ao menos neste momento processual que a flagrada tivesse a droga em seu poder apenas para consumo próprio, o que tampouco foi alegado em interrogatório.

Não se pode olvidar que tamanha é a gravidade do crime de tráfico equiparado pela Constituição da República a crime hediondo. Outrossim, a prática forense demonstra que a traficância está diretamente ligada a outros delitos, notadamente contra o patrimônio.

Os pressupostos para a prisão preventiva estão presentes no caso, sendo insuficiente a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão.

Assim, com fulcro no art. 312 do CPP e, afim de garantir a ordem pública, **converto a prisão em flagrante em prisão preventiva de Jeniffer Vettorato de Oliveira.**

[...]

Para mim, a fundamentação lançada faz menção apenas a elementos que não desbordam da conduta delitiva imputada à paciente.

Outrossim, a quantidade de droga apreendida (120 g de maconha e 14 g de *crack*), por si só, não é justificativa apta à imposição da gravosa medida de prisão, já que não evidencia o tráfico de grandes proporções.

Tal o contexto, **defiro medida liminar** a fim de permitir que a paciente possa aguardar em liberdade o julgamento deste *writ*, se por outro motivo não estiver presa, e ressalvada a possibilidade de haver a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Alertando-se para o fato de que a concessão da presente medida de urgência não torna prejudicado o julgamento do mérito do HC n. 159/2.19.0001226-0 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora.

Solicite-se ao Juízo de Direito que informe a atual situação do feito principal

Superior Tribunal de Justiça

e da paciente, sobretudo após cumprida esta determinação.

Depois de prestadas, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

